

Saúde Pública: novos desafios

Elio S. Garcia

Presidente do Comitê Coordenador do Programa de Doenças Tropicais da OMS e vice-presidente de Pesquisa e Ambiente da Fundação Oswaldo Cruz

Em todo o Brasil encontramos uma população vivendo em situações de miséria absoluta, sem acesso à educação, desprovida de condições decentes de moradia e assolada pelas doenças características do estado de pobreza. A situação atual do País exige das instituições de pesquisa em ciência e tecnologia aplicadas à Saúde Pública, um papel ativo e de vanguarda na busca de soluções para a crise que atinge a área de saúde.

Por outro lado, o processo de globalização econômica impõe o aumento de competitividade das organizações, que não pode ser conquistada sem vultosos e bem aplicados investimentos. Em face das recentes mudanças na economia nacional - abertura econômica, redução do papel do Estado na economia, ênfase ao incremento da competitividade, da produtividade e da qualidade - e da tendência internacional de valorização do conhecimento e



do aprendizado tecnológico, faz-se necessário que as instituições de pesquisa científica e tecnológica nacionais se adequem a estes novos paradigmas e respostas rápidas e exequíveis. De nada adianta postular o ingresso na modernidade, se a prática não corresponder ao discurso.

O grande desafio deste fim de século é fornecer condições adequadas para o desenvolvimento científico e tecnológico. No caso destas instituições, isto significa proporcionar o bem-estar da população brasileira, dotando-a de melhor qualidade de vida e de pleno acesso à prevenção e terapêutica dos variados agravos que atingem nossa população.

Torna-se, portanto, fundamental o investimento em novas drogas, vacinas e terapias. Os recursos para este fim não devem ser oriundos somente do setor público. Desta forma, o empresariado deve também participar deste processo, garantindo maior capacidade financeira e agilidade. As atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção, podem ser realizadas através da parceria entre o setor público, empresas e outras formas de organização da sociedade. Esperar unicamente pela transferência de tecnologia do exterior, é aprofundar a crise existente, mesmo em tempos de economias globalizadas. Observa-se, tendencialmente, uma enorme dificuldade de acesso às novas tecnologias relativas à saúde, por parte dos países em desenvolvimento, posto que estão concentradas pelas grandes corporações multinacionais que, inclusive, vêm se associando em determinados setores de ponta - como por

exemplo, a produção de vacinas por engenharia genética - e ainda sendo amplamente protegidas pelos mecanismos de propriedade industrial.

Assim sendo, o nosso maior desafio consiste em definir o processo de ajustamento às condições impostas pela nova ordem mundial. As instituições de ciência e tecnologia devem gerar respostas rápidas a problemas de grande complexidade, apresentando, assim, maior eficácia no gasto das verbas públicas, condição essencial para a competitividade. O gerencia-

mento institucional deve encontrar saídas para reduzir o tempo e os custos das atividades internas e evitar a duplicação de esforços. Se, de um lado, parcerias tecnológicas devem ser cada vez mais incentivadas tanto em âmbito nacional como internacional, de outro, o patrimônio científico-tecnológico deve ser igualmente protegido pelo sistema da proprieda-

de intelectual.

Não devemos ter receio do relacionamento público/privado, considerando-o como um dilema insolúvel e excludente e sim pensá-lo com maior espírito público e menor espírito corporativo, devendo ser esta relação completamente transparente em nível institucional e individual.

Agora é o momento dos vários agentes envolvidos no processo de geração e de difusão de tecnologias, quais sejam, instituições públicas, órgãos de financiamento, entidades privadas, ajustarem-se às perspectivas do país, e consolidarem

seu apoio à reorganização do sistema de Saúde Pública nacional. Assim, torna-se premente a criação de um sistema de avaliação institucional interno e externo que se debruce não só sobre a capacidade produtiva ou as realizações ocorridas, como também sobre as oportunidades de investimento em áreas de conhecimento e atuação, parcerias com empresas e Orga-

nizações Não-Governamentais e prospecção tecnológica, visando à otimização dos resultados das atividades tecnológicas, configurando, portanto, uma efetiva ação de planejamento estratégico.

Apesar das turbulências macroeconômicas que o País tem sofrido, dos cortes financeiros para as instituições de pesquisa e ensino, cabe aos atores na geração do conhecimento científico e tecnológico, em seu sentido mais amplo, assumir um papel ativo como indutor de mudanças e de novas soluções para a sociedade brasileira em sua face de transição econômica e social.

**globalização
impõe aumento de
competitividade
das organizações,
que não pode ser
conquistada sem
vultosos
investimentos**